

Conferência de Saúde discute programas de interiorização

Durante decênios a saúde no Brasil foi objeto de barganha política e o Programa de Interiorização das Ações de Saúde PIASS - só será importante é atuante enquanto fortalecer o município "disse ontem o ministro Almeida Machado - na VI Conferência Nacional de Saúde.

Sobre referências dos participantes sobre os problemas que envolvem a interiorização dos serviços de saúde no país, Almeida Machado observou que "existe uma política implícita num programa que procura fortalecer o município e indiretamente implicaria na partilha do poder, principalmente em regiões mais atrasadas".

Em suas conclusões sobre o PIASS, os participantes apontaram o número insuficiente e deficiente de pessoal e a falta de uma ação coordenada e integrada entre as instituições na aplicação dos recursos financeiros, entre as principais dificuldades enfrentadas para a implementação do programa no país, no qual serão aplicados cerca de Cr\$8 bilhões até 1979.

Consideraram ainda que existem áreas na periferia de zonas urbanas onde grupos populacionais com 500 a 20 mil habitantes apresentam necessidades de saúde com características rurais. Entre estas a falta de saneamento, baixo estado nutricional, prevalência de doenças transmissíveis, inexistência de normas de saúde e dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

Além disso existem conflitos de interesses locais e dificuldades inerentes ao nível de instrução e educação das comunidades, bem como a conscientização de seus líderes, entre eles os próprios profissionais de saúde.

Entre as soluções necessárias para equacionar esses problemas, foram sugeridas a participação efetiva da comunidade no programa, que deverá expandir-se apenas ao nordeste às áreas de implantação. Outras medidas seriam a oferta de serviços no campo das necessidades não sentidas da população e a modernização administrativa das Secretarias de Saúde, que não estão ainda devidamente aparelhadas para operacionalizar a implantação de programas no gênero do PIASS.

A propaganda sanitária seria também uma forma de formar práticas educativas, justificando-se ainda medidas coercitivas, "desde que técnicas e moralmente válidas", a exemplo das estabelecidas na Campanha de



Imunização do Ministério da Saúde.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE

Uma proposta a ser levada ao Conselho de Desenvolvimento Social - CDS para formulação da política nacional de saúde foi apresentada ontem na VI Conferência Nacional de Saúde pelo Coordenador de Saúde da Amazonia, Antonio Carlos Azevedo, em documento que deverá ser enriquecido pelos demais participantes do Conselho.

O documento estabelece diretrizes para a operação dos diversos serviços de saúde - desde postos até hospitais - tanto no que se refere às atividades desenvolvidas quanto ao relacionamento entre as diversas instituições do Governo e do setor privado o objetivo é dar maior cobertura à população e paralelamente obter melhor aplicação de recursos.

Isso porque, os serviços públicos e privados que integram o Sistema Nacional de Saúde são orientadas por inúmeras diretrizes e os resultados esperados com os investimentos no setor estão sempre muito aquém do esperado.

Segundo Antonio Carlos de Azevedo, os bens e serviços oferecidos pelas diversas instituições públicas apresentam, em geral, um descompasso em relação às necessidades reais da população "limitando-se freqüentemente a ações onerosas e pouco eficazes".

Por outro lado, estas distorções são agravadas pelo alto índice de mortalidade infantil, deficiências nutricionais nas populações da periferia dos centros urbanos e de regiões do interior do país, além das grandes endemias - como a malária, doença de chagas e esquistossomose - que abrangem extensas áreas do Brasil.

De acordo com o documento,

os instrumentos de ação de saúde deverão ainda ser adequados às realidades de cada região e as características de cada programa devido a grande extensão territorial do Brasil sua diversidade de situação geográfica, econômica, demográfica e áreas endêmicas.

O Ministro da Previdência e Assistência Social, Nascimento e Silva, disse ontem em palestra na VI Conferência Nacional de Saúde, que as críticas regularmente feitas à disparidade de recursos destinados à saúde pública e à previdência social tem cunho de verdade apenas aparente, e que não faz nenhum sentido a transferência de parte das verbas hoje à disposição da previdência para o Ministério da Saúde.

Nascimento e Silva disse que nenhum povo, por mais adiantado que seja, poderá prescindir dos cuidados médicos individuais e, esta necessidade é maior nos países de economia em desenvolvimento como o Brasil.

- Como então pretender que se promova a transferência de parte das verbas hoje alocadas ao funcionamento do setor de assistência médica da previdência social, a fim de tornar mais efetivas as medidas de natureza preventiva no setor voltado para a saúde coletiva? - perguntou o Ministro.

O orçamento do Ministério da Saúde é de Cr\$3,9 bilhões, que somados a recursos adicionais alcançam Cr\$4,2 bilhões. Enquanto isso, só o INPS, um órgão vinculado à previdência social, conta com orçamento anual de Cr\$103 bilhões para assistência médica.

Nascimento e Silva, disse que o SINPAS terá perspectivas diferentes das que hoje se apresentam ao INPS, FUNRURAL ou IPASE, não atuará como mero comprador de serviços onde quer que eles se ofereçam, mas interferirá na produção dos serviços médicos, planejamento a oferta em função da demanda e sua distribuição.